

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Corrida pelo primeiro turno

A reunião de Lula com representantes de diretórios do MDB em 11 estados a poucos dias da temporada de convenções faz parte do jogo do PT para ver se consegue ampliar a distância para Jair Bolsonaro e, assim, tentar vencer no primeiro turno. O PT considera que uma vitória na primeira rodada daria mais estofamento para lidar com o presidente Bolsonaro e as ameaças sobre as urnas eletrônicas.

Ela vai assim mesmo

Simone Tebet não vai desistir. Ela continuará viajando pelo país e será candidata, mesmo sem o lastro de todos os diretórios regionais. Alguns desses dirigentes regionais já admitem votar na candidatura dela, embora estejam inclinados a apoiar Lula.

Dois imbróglis

Só Rio de Janeiro e o Distrito Federal são considerados problemas hoje dentro da Federação do PSDB com o Cidadania, a ponto de serem tratados na reunião desta semana. No DF, como já se sabe, é a queda de braço entre a deputada Paula Belmonte e o senador Izalci Lucas, que têm projetos diferentes.

O que vem por aí

A unidade do União Brasil em torno de Reguffe deu uma balançada. No partido, há quem esteja pregando que ele só tenha recursos financeiros para a campanha se concorrer à reeleição para o Senado.

Deixe que fale

Os presidentes do PL, Valdemar da Costa Neto, e do PP, Ciro Nogueira, já sabiam que o presidente Jair Bolsonaro criticaria as urnas eletrônicas em encontro com embaixadores. Agora, vão se preparar para as representações judiciais que a oposição levará ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal. E é por aí que vão agir. Até aqui, ambos têm dito, em conversas reservadas, que a missão deles está relacionada

a questões partidárias. Aliados de Ciro vão além: dizem que ele já cumpriu o seu papel ao aprovar a emenda constitucional que ampliou o Auxílio Brasil e criou o Auxílio Caminhoneiro.

Isso não significa que irão apoiar qualquer medida que tente comprometer o processo eleitoral. Porém, inicialmente, acreditam que Bolsonaro não irá para a ruptura institucional. Se a aposta deles está correta, o tempo dirá.



CURTIDAS



Felipe Dalla Valle / Palácio Piratini

Leite leva MDB/ A maioria dos prefeitos do MDB gaúcho selou o apoio à candidatura de Eduardo Leite (foto) para o governo do Rio Grande do Sul. Foram 52 votos a dez.

A paróquia é o que interessa/ Enquanto Rodrigo Pacheco falava em suas redes sociais sobre o discurso de Bolsonaro aos embaixadores, o presidente da Câmara, Arthur Lira, postava que o prefeito de Arapiraca (AL) irá apoiar o Rodrigo Cunha (PSDB) e Davi Davino Filho (PP) ao governo estadual.

Um google resolveria/ O power point que o presidente Jair Bolsonaro apresentou em seu discurso contra as urnas eletrônicas trouxe a inscrição “brienfing”, quando a palavra correta é briefing. A contar pelos parcos aplausos, a fala presidencial também não agradou.

Temer cortejado/ O ex-presidente Lula não desistiu de ter um diálogo com o ex-presidente Michel Temer. Hoje tem mais uma tentativa do PT de se aproximar dele.

VIOLÊNCIA POLÍTICA / Grupo que investiga o assassinato de Marcelo Arruda pede análise do celular do autor do crime e perícia do equipamento de vídeo. Promotores apuram suicídio de diretor da associação onde ocorreu a tragédia

MP cobra laudos de crime no PR

» HENRIQUE LESSA

O Núcleo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, em Foz do Iguaçu (PR), pediu à Polícia Civil, nesta segunda-feira (18), mais elementos investigatórios para concluir a denúncia que será oferecida à Justiça contra o policial penitenciário federal Jorge Guaranho. Bolsonaro matou o guarda municipal e tesoureiro do PT Marcelo Arruda, no último dia 9.

Para o promotor Tiago Lisboa Mendonça, um dos designados para o caso, “existem algumas diligências pendentes”. “E são diligências importantes, como a análise do celular do agressor; a análise de perícia do DVR, que é o equipamento de gravação de vídeo; o laudo pericial de confronto balístico, e algumas outras diligências menores”, enumerou Mendonça ao **Correio**.

Segundo ele, o Ministério Público pretende oferecer a denúncia contra Guaranho amanhã. Para o integrante do Gaeco, mesmo que os laudos da Polícia Civil não sejam enviados a tempo, “nada impede que a denúncia seja complementada com o aparecimento de fato novo”.

O promotor comentou ainda sobre um dos pontos mais controversos sobre a morte de Marcelo Arruda: se o caso pode ser considerado como um crime político. Mendonça afirmou que, no momento da denúncia, “essa motivação político/partidária vai ficar bem clara. A gente vai explicar essa questão lá no momento do esclarecimento dos pontos centrais da denúncia”.

Procurada pelo **Correio**, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP) informou que não comentaria o caso, pois o trabalho da polícia estaria concluído.

Reprodução/Intenet



Momento em que Jorge Guaranho atira em Marcelo Arruda: assassino teria tido acesso a imagens

Suicídio investigado

A Polícia Civil e o Ministério Público investigam uma possível relação entre o assassinato de Marcelo Arruda, 50, e o suicídio de Claudinei Esquarcini, 44, diretor da Associação Esportiva Segurança Física Itaipu (Aresf), local onde ocorreu o homicídio do petista.

Esquarcini trabalhou por 20 anos como segurança na Itaipu Binacional. Era o responsável pelo sistema de câmeras de segurança da associação. Segundo as investigações, as imagens, após mostradas a Guaranho, durante um churrasco de

confraternização, teriam motivado sua ida ao local do crime. Claudinei cometeu suicídio no último domingo.

Advogados da família de Arruda defendem a realização de novas diligências após a morte de Esquarcini. Em petição à 3ª vara criminal de Foz do Iguaçu, solicitam a apreensão e perícia do celular do diretor da Aresf, além da identificação dos sócios do clube e a identificação daqueles que teriam a posse das senhas de acesso ao sistema de câmeras do local.

Segundo o documento, assinado pelo advogado Daniel Godoy Júnior, o autor do crime,

Jorge Guaranho, seria amigo íntimo de diversos membros da direção da associação, o que justificaria novas diligências, a fim de apurar a possibilidade de existirem mais envolvidos na morte de Marcelo.

De acordo com informações divulgadas ontem pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Jorge Guaranho segue internado e apresenta um quadro estável. O paciente “encontra-se hemodinamicamente estável, sem uso de drogas vasoativas e sedativos. Apresenta respiração espontânea por traqueostomia e oxigenoterapia suplementar, sem auxílio de ventilação mecânica”.

Quando o ódio mata

“Infelizmente, foi um ato político, ele (assassino) só teve a reação porque viu um movimento diferente do dele. Precisamos condenar, para que a gente não tenha outros Marcelos por aí.” O apelo partiu de Luiz Donizete Arruda, irmão do petista assassinado em Foz do Iguaçu. Donizete expressou um sentimento comum após a tragédia que chocou o país: uma punição rigorosa para crimes de conotação política.

Dois dias após o crime, o senador Humberto Costa (PT-PE) apresentou projeto de lei para estabelecer uma pena de 12 a 30 anos de prisão para homicídios motivados por ódio político-ideológico.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** divergem sobre a proposta. Para o advogado criminalista Roberto Tardelli, ex-promotor em São Paulo e membro do Grupo Prerrogativas, há necessidade de se lançar luz aos crimes motivados por ódio político e intolerância.

Tardelli faz um paralelo com a lei do feminicídio. Em sua visão, além de agravar as penas para crimes de violência doméstica ou de gênero, a nova legislação expôs o problema da violência contra mulher de forma mais evidente.

Segundo ele “o crime de Foz do Iguaçu não é apenas um homicídio por motivo torpe. Ele abala o próprio estado democrático”. A avaliação de Tardelli vai de encontro às conclusões da polícia paranaense, que descartou motivação política no assassinato de Marcelo Arruda.

Para o criminalista Luís Guilherme Vieira, também integrante do Grupo Prerrogativas, é

temerário realizar mudanças legislativas no calor de acontecimentos. Segundo ele, no direito penal não se pode “ter projetos de lei de pânico, de emergência ou de ocasião”. Vieira avalia que o crime de Foz já está devidamente qualificado como um homicídio por motivo torpe, não havendo necessidade técnica de novos qualificantes.

Na avaliação do advogado Álvaro Quintão, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, é preciso definir melhor o crime de ódio. “Intolerância religiosa, homofobia, racismo, intolerância política, tudo isso é crime de ódio?”, questiona. “O caminho é discutir de forma muito aberta com a sociedade, pois agora é o momento de buscar formas de reduzir esses crimes de ódio. A legislação pode vir depois”, argumenta.

O deputado Carlos Jordy (PL-RJ), da base governista, afirma que, se a proposta do senador Humberto Costa não tivesse sido apresentada no calor dos acontecimentos, teria apoiado o projeto. Em sua opinião, “esse tipo penal que ele apresenta teria sido muito oportuno na tentativa de assassinato do Presidente Jair Bolsonaro”, mas, sendo apresentado agora, é apenas “palanque eleitoral”. Para o parlamentar, “a esquerda precisa de uma nova Marielle”.

Para Jordy, o crime que vitimou Arruda foi “um crime por uma discussão política”, mas não seria “um crime de intolerância política; foi uma briga entre duas pessoas que estavam em uma briga por causa da política”.

Para a assessora jurídica do Instituto Marielle Franco, advogada Brisa Lima, o agravamento da pena não é benéfico por si. Segundo ela, é preciso “avançar como sociedade em um debate mais amplo, tanto a esquerda quanto a direita acabam por cair no discurso punitivista”. (HL)